



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RECLAMAÇÃO (1342) Nº 0601768-34.2022.6.00.0000 (PJe) - SÃO PAULO - SÃO PAULO

RELATOR: MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI

RECLAMANTE: FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA (FE BRASIL) - ESTADUAL E OUTRO

ADVOGADOS: MICHEL SÁLIBA OLIVEIRA (OAB 18.719-A) E OUTROS.

RECLAMADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de reclamação ajuizada pela Federação Brasil da Esperança e por Luiz Paulo Teixeira Ferreira, com pedido de tutela de urgência, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – TRE/SP no RCand 0605899-29.2022.6.26.0000, na qual se alega o descumprimento de decisão por mim proferida nos autos do Mandado de Segurança 0600658-97.2022.6.00.0000, em tramitação neste Tribunal Superior.

Alegam os Reclamantes que o TRE/SP deferiu o registro de candidatura de Pablo Henrique Costa Marçal, candidato ao cargo de Deputado Federal pelo Partido Republicano da Ordem Social, cujo requerimento foi assinado pelo então Presidente da Comissão Estadual da agremiação, José Willame Cavalcante de Souza.

Sustentam, ainda, que José Willame Cavalcante de Souza ocupou o aludido cargo de Presidente da Comissão Estadual em razão de liminar deferida nos autos do MS 0600658-97.2022.6.00.0000, medida posteriormente revogada, após o processamento regular do feito, com a extinção do *mandamus* sem julgamento de mérito.

Afirmam, também, que todos os atos praticados pelo então Presidente José Willame Cavalcante de Souza são nulos, uma vez o foram no exercício precário da direção partidária, por força de medida liminar, posteriormente revogada.

Acrescentam que o acórdão regional ofendeu a autoridade do *decisum* proferido pelo Tribunal Superior Eleitoral no MS 0600658-97.2022.6.00.0000, que anulou todos os atos praticados pelo colegiado da referida agremiação partidária, inclusive a ata da reunião da Comissão Executiva Estadual do PROS/SP, na qual constou a indicação de Pablo Marçal como o substituto de Edinalva Jacinta de Almeida.

Aduzem, mais, que a tutela de urgência deve ser concedida, por estarem presentes os pressupostos de probabilidade do direito invocado e do perigo de dano, estampados no art. 300 do Código de Processo Civil de 2015.

Quanto ao primeiro requisito, entendem que o aresto regional violou flagrantemente a autoridade das decisões emanadas pelo TSE. No tocante ao segundo, asseveram que a nova totalização ocorrida nos autos da apuração das eleições resultou na perda da cadeira pertencente

à Federação Reclamante, afetando diretamente a esfera de direitos do Reclamante Paulo Teixeira.

Requerem, por fim, a concessão da tutela de urgência, determinando-se a suspensão dos efeitos dos acórdãos que deferiram o registro de candidatura de Pablo Henrique Costa Marçal e, no mérito, o indeferimento do Registro de Candidatura do citado candidato.

É o breve relatório. Decido.

Na petição inicial, subscrita por advogados constituídos nos autos digitais (ID 158305604), os Reclamantes pleiteiam, em caráter liminar, a suspensão dos efeitos dos acórdãos do TRE/SP, proferidos no RCand 0605899-29.2022.6.26.0000, nos quais foi deferido o registro de candidatura de Pablo Henrique Costa Marçal a Deputado Federal, sob o argumento, em síntese, de que a Corte Regional recusou-se a dar cumprimento à decisão que proferi no Mandado de Segurança 0600658-97.2022.6.00.0000.

Pois bem. Como se sabe, o deferimento de uma tutela de urgência está condicionado ao preenchimento dos requisitos legais da probabilidade de êxito do direito material em discussão e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, segundo dispões o art. 300 do CPC.

Examinando os autos, embora ainda em caráter perfunctório, tenho para mim que a presente ação reclamationária tem plausibilidade jurídica, porquanto a Corte Eleitoral paulista, ao que tudo indica, desconsiderou, sem mais, ato decisório emanado deste Tribunal Superior.

Rememoro, por oportuno, que, ao julgar extinto, sem resolução de mérito, o MSCiv 0600658-97.2022.6.00.0000, revoguei a decisão liminar proferida em caráter precário, a qual autorizava José Willame Cavalcante de Souza a exercer o cargo de Presidente da Comissão Regional do PROS/SP, declarando nulos todos os atos por ele praticados no exercício daquela função.

Registro que deixei consignado naquela decisão, de modo inequívoco, que a nulidade decretada alcançava todos os atos que haviam sido praticados pela Comissão sob a sua presidência, tornando-os irritos, ou seja, despojados de qualquer efeito legal.

O *decisum*, como não poderia deixar de ser, abrangeu a ata subscrita por José Willame Cavalcante de Souza, por meio da qual Pablo Henrique Costa Marçal foi escolhido como substituto de Edinalva Jacinta de Almeida, para concorrer ao cargo de Deputado Federal pelo PROS.

Ocorre que o TRE/SP, ao julgar os embargos de declaração opostos no RCand 0605899-29.2022.6.26.0000 – e contrariando substancialmente parecer da Procuradoria Regional Eleitoral –, surpreendentemente concluiu que a decisão do TSE não poderia retroagir “em prejuízo do candidato, devendo considerar-se a data da formalização do pedido de registro, ‘ressalvadas as alterações, fáticas ou jurídicas, supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade” (pág. 13 do ID 158305610).

Ora, a especiosa hermenêutica adotada pela Corte Regional parece ter desconsiderado o efeito *ex tunc* que este Tribunal expressamente conferiu à decretação de nulidade dos atos praticados pela Comissão Provisória presidida por José Willame Cavalcante de Souza.

Diante disso, neste juízo de cognição sumária, tenho presente o requisito do *fumus boni iuris*. De outra parte, parece-me evidente que a eventual demora no julgamento desta Reclamação trará danos irreversíveis ou de difícil reparação ao candidato que seria beneficiado caso o registro de Pablo Henrique Costa Marçal viesse afinal a ser indeferido.

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar, *inaudita altera parte*, para suspender os efeitos dos acórdãos do TRE/SP proferidos no RCand 0605899-29.2022.6.26.0000, os quais deferiram o registro de candidatura de Pablo Henrique Costa Marçal, até a apreciação do mérito desta reclamação ou do julgamento dos recursos especiais interpostos naqueles autos pelo TSE.

Determino, por conseguinte, a imediata retotalização dos votos (art. 29 da Res.-TSE 23.677/2021, c/c com art. 53 da Res.-TSE 23.609/2019) e a retificação da situação do candidato Pablo Henrique Costa Marçal no Sistema de Candidaturas para que nele conste “Indeferido com Recurso”.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo para a adoção das providências supra determinadas, bem como para prestar informações, no prazo de 10 dias.

Publique-se em mural eletrônico.

Brasília, 29 de outubro de 2022.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Relator